



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO EDUCAÇÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO

Propostas de política pública

ALYSSON PAULINELLI

Constatou-se que as políticas de apoio social traçadas pelo poder público geralmente priorizam o meio urbano; quando dirigidas ao homem do campo, as ações referentes a Educação, Saúde e Habitação dão-se de forma desordenada, sem articulação entre os três setores que, na verdade, são interdependentes.

O escasso apoio oficial e a desarticulação entre as ações existentes são considerados as principais razões que impedem um mínimo de qualidade de vida para o trabalhador no meio rural, promovendo o êxodo e suas conhecidas consequências. Vários grupos temáticos que tratam de cadeias produtivas concluem, em seus diagnósticos, que a má qualidade da mão-de-obra e a não-fixação do homem no campo constituem fatores limitantes do desenvolvimento de suas atividades econômicas.

Essas preocupações tornam-se mais pertinentes na medida em que a competição é acirrada com a globalização da economia, exigindo cada vez mais qualidade a um custo cada vez menor.

Com base nessas considerações, o grupo temático propõe a participação do Estado como incentivador do desenvolvimento através da criação do Programa Nacional de



Cidadania no Meio Rural, que terá como principal objetivo a coordenação das ações públicas e privadas, através da integração entre os agentes que tratam da questão social no meio rural.

Espera-se conseguir maior eficácia nas várias iniciativas já existentes no país, mediante a difusão e troca de experiências em ações bem-sucedidas, como as Escolas Família Agrícola, que adotam pedagogia própria e são gerenciadas pela própria comunidade; os programas de tecnologia apropriada para construções rurais e saneamento, utilizando recursos naturais de cada região; o projeto Vilas Rurais do Paraná, o Programa Mobilização de Comunidades do Serviço Voluntário de Ação Social (Servas), o Programa de Saúde da Família e os Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais, o Grupo de Integração de Risco do Pará, o Programa Agente Comunitário de Saúde,

o Projeto Segurança e Saúde do Trabalhador Rural de São Paulo e o Programa Comunidade Solidária, entre outros.

A exemplo do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), para operacionalizar o Programa Nacional de Cidadania no Meio Rural deverão ser criados colegiados nos níveis federal, estadual e municipal, sob a coordenação respectivamente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e das secretarias estaduais e municipais de Agricultura.

No nível federal, será sugerido que o programa seja coordenado pelo secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; nos estados, pelos secretários adjuntos de Agricultura e nos municípios pelos secretários de Agricultura ou pelo titular de secretaria ou órgão correspondente.

Farão parte dos colegiados representantes dos produtores e dos trabalhadores rurais e representantes do poder público nos níveis federal, estadual e municipal, que tratem de Educação, Saúde e Habitação, Meio Ambiente, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Reforma Agrária e Extensão Rural.

Além dos colegiados, farão parte do programa secretarias executivas encarregadas da operacionalização das decisões tomadas. Essas secretarias deverão ser contempladas com recursos orçamentários do Ministério da Agricultura e do Abaste-

ALYSSON PAULINELLI é secretário estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. Coordenador do Grupo Temático Educação, Saúde e Habitação no FNA.

cimento, para a condução de seus trabalhos.

Será proposta também a criação de programas integrados de pesquisa, considerando que as pesquisas científicas disponíveis não têm causado o impacto esperado na solução das questões relativas à habitação e ao saneamento do meio rural, currículo e regime escolar adequa-

do a cada região, doenças endêmicas, efeito de aplicação de agrotóxicos etc.

É evidente a necessidade de produção de conhecimento científico integrado, voltado para as questões sociais do meio rural, uma vez que as variáveis conjunturais (terra, migrações, modelos de desenvolvimento, relações de produção) estão na base



da saúde, da doença e da educação da população do campo.

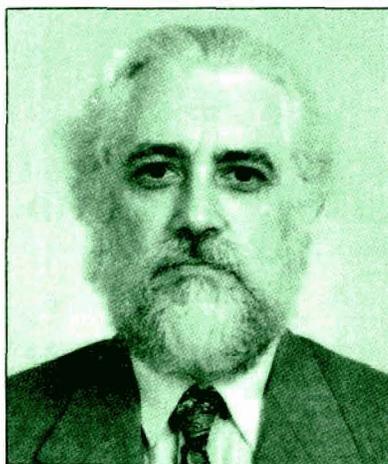
GRUPO TEMÁTICO ARMAZENAGEM, TRANSPORTE, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Organizar para competir

AMÍLCAR GRAMACHO

I Grupo Temático Armazenagem, Transporte, Padronização e Classificação teve sua atenção voltada basicamente para as questões relacionadas com a competitividade. São itens que ocorrem fora da porteira e respondem por uma larga parcela da chamada margem de comercialização, afetando diretamente o preço recebido pelo agricultor.

Seria interessante mencionar que os serviços de armazenagem e transporte respondem por algo em torno de 30% da composição do preço final de um bom número de commodities agrícolas, variando de acordo com o produto e as regiões produtoras. Portanto, exigem bastante atenção, tanto do setor privado como do governo. No caso do transporte, o papel do governo ainda é predominante, uma vez que é responsável pelos investimentos que podem determinar variações significativas no



preço desses serviços. Contudo, o processo de privatização em curso tende a transferir pelo menos parte dessa responsabilidade para a esfera do setor privado, devendo-se esperar resultados mais auspiciosos nos setores/regiões onde os investimentos produzam retornos positivos para os novos gestores. Para as regiões menos promissoras ou que exigem investimentos mais pesados, o governo continuará sendo indispensável. No caso da armazenagem, a participação governamental já é bastan-

te reduzida como proprietária de unidades armazenadoras, e segue caindo no que se refere à participação como contratador, notadamente através da política de preços mínimos. O problema maior reside na insuficiência de financiamentos adequados para permitir a modernização tecnológica das unidades e na necessidade de adequar-se à legislação que regulamenta a atividade.

Há uma percepção generalizada por parte de praticamente todas as entidades que participaram desse grupo de que estamos vivenciando um processo bastante profundo de mudanças na estrutura de funcionamento dos mercados, e que isso implica uma reformulação das políticas setoriais. Antes, quando o governo era o grande comprador ou interventor dos mercados, todos procuravam defender seus interesses específicos perante o governo, que funcionava como uma espécie de árbitro. Hoje, o problema comum é conquistar uma participação segura no mercado e todos os integrantes da cadeia produtiva estão conscientes de que devem bus-

AMÍLCAR GRAMACHO é coordenador do Departamento Técnico da OCB. Coordenador do Grupo Temático Armazenagem, Transporte, Padronização e Classificação no FNA.